timularia o consumo deste último.

A alteração do sistema de craqueamento, reduzindo a produção de gasolina em favor de um processamento maior de derivados pesados, envolveria investimentos da ordem de 6 bilhões de cruzeiros (60% dos recursos do Proálcool) projeto viável, portanto, somente a médio prazo.

A redução do consumo de petróleo envolveria o desenvolvimento de pesquisa tecnológica que permitisse a mistura do álcool ao diesel e nas caldeiras que queimam ***fuel-oil***, possibilitando, assim, esta redução.

2 - A utilização de álcool para a locomoção dos veículos movidos a óleo diesel envolveria a necessidade de adaptação dos motores dos milhares de camilhões utilizados no país. Além dos custos desta operação, tal modificação mecânica não poderia se efetuar em pouco tempo.

3 - Não houve crescimento de tancagem nas regiões de mistura, compatível com o aumento previsto de produção. Seria necessário um número de tanques que possibilitasse armazenar mais 34,3 milhões de litros. A previsão é de que 29,7 milhões de litros em tancagem sejam realizados em 78 e o restante em 79.

Também faz-se necessário um esquema de distribuição que permita a transferência de produção excedente de certas regiões (Nordeste, principalmente) para os grandes centros de mistura. Este transporte poderia ser realizado pelos navios que efetuam a distribuição de gasolina no retorno ou, para alguns Estados, por via férrea.

4 - A Petrobrás se defronta com uma menor disponibilidade de recursos, ou seja, deixa de ganhar na gasolina a diferença que paga a mais pelo álcool. Esta queda de recursos disponíveis pode retardar a utilização de um produto economicamente mais oneroso. O preço médio da gasolina automotiva nos centros de mistura é da ordem de Cr$ 6,4054/litro, enquanto o seu custo de produção é bem inferior.

5 - A possibilidade de exportação de álcool para outros países é obstada pela limitada demanda mundial.

6 - A possibilidade de se criarem estoques de segurança dentro do país, que seriam renovados a cada safra para evitar problemas de perda de qualidade do açúcar, tem retraído uma parte do empresariado em se engajar no Proálcool. Outra alternativa seria colocação do açúcar no mercado externo para fins de consumo não humano.

Feijão

O CARÀTER CÍCLICO DOS PROBLEMAS DE ABASTECIMENTO DE UMA CULTURA MARGINALIZADA

Num quadro formado pela estagnação do volume produzido anualmente, pelo menos desde 1968, o fei-

jão vem enfrentando sucessivas crises de abastecimento, que se aguçaram a partir de 1976. Tal fato decorre do longo processo de marginalização a que vem sendo submetida a cultura, quer na estrutura produtiva agrícola, que vem se desarticulando em favor de outras mais rentáveis, quer no setor de pesquisas, onde o apoio oficial tem-se revelado descontínuo.

O período produtivo 78/79 deverá refletir, mais uma vez, o comportamento da comercialização do produto na atual entressafra. Com uma produção total de feijão estimada para o corrente ano agrícola (77/78) em 2.300 mil t, teríamos, aparentemente, condições de suprir sem problemas o consumo nacional que é inferior a 20 kg/*per capita*. Contudo, uma produção desta mesma ordem na safra passada — 76/77 — não evitou a ocorrência de uma crise localizada no fluxo de abastecimento do feijão-preto, principalmente no Rio de Janeiro, levando-nos a importar o produto em grandes quantidades.

Desde a brusca queda de produção ocorrida na safra 75/76, o feijão-preto — por sua participação direta na composição do índice de preços — tem a evolução normal de sua cotação obstaculizada por constantes tabelamentos. Em setembro/77 passou a constar, no Rio e em São Paulo, da tabela CIP-Sunab, aplicável apenas à rede de supermercados. No entanto, não se devem unicamente ao tabelamento os problemas com o abastecimento da leguminosa. Em 77, quando o volume da safra total colhida foi bem superior ao do ano de crise, ocorreram importações que foram completamente absorvidas. O fato parece caracterizar, na verdade, que a produção de feijão-preto, especificamente, tem sido inferior ao consumo. Visto que o governo não tem permitido que este se retraia via um preço compatível com a oferta interna, o quadro ora descrito se mantém ciclicamente. A esperança de normalização do mercado, presente a cada safra, tende a afrouxar os preços para, logo após, diante da incapacidade da produção em atender ao consumo, se elevarem, caracterizando nova crise do abastecimento do produto.

Na atual entressafra os problemas de abastecimento se repetem com as seguintes características: o preço mínimo praticado gerou um preço no atacado incompatível com a tabela do varejo, e a quebra da safra das secas na região Centro-Sul, cujo montante não deve afetar significativamente a disponibilidade interna, provocou um aquecimento especulativo dos preços, aguçando esta incompatibilidade.

Até algumas semanas atrás, os supermercados do Rio de Janeiro vinham sendo abastecidos pelo estoque governamental, remanescente do feijão mexicano importado em 77, atualmente esgotado. Com um consumo mensal de feijão-preto da ordem de 12.000 t, das quais 8.400 t (70%) ofertadas pelos supermercados, a região metropolitana do Rio precisaria de aproximadamente 50.000 t do produto até outubro/78, das quais 35.000 t necessariamente repassadas aos supermercados a preços acessíveis. No entanto, os estoques oficiais do produto talvez não cheguem a 10.000 t, parte dos quais já está sendo enviada ao Rio de Janeiro a fim de suprir o abastecimento durante o mês de julho. A partir de outubro, a proximidade da safra das águas (nov/78) tenderia a desaquecer os preços.

ESTOQUE É LEMBRADO NO MOMENTO DE CRISE

Visando reforçar seus estoques bem como evitar a especulação em torno da reduzida produção da safra

das secas da região Centro-Sul, o governo, por meio da CFP, entrou no mercado tentando adquirir feijão-preto, oferecendo remuneração superior ao preço mínimo. Contudo os Cr$ 307,00/sc 60 kg oferecidos pelo governo já foram superados em muito pelos preços de mercado, onde o atacadista chega a pagar além de Cr$ 400,00 pela saca.

Por outro lado, devido ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor executado na última safra das águas do Paraná, existe um montante de feijão em EGF em mãos de cooperativas, cujos prazos estão vencendo. Como a entrada deste produto no mercado não está conseguindo aliviar a tendência altista dos preços, o recurso às importações parece ser uma opção obrigatória.

As medidas de formação de estoque do produto pelos órgãos oficiais arcam com o ônus decorrente de seu próprio atraso. Apesar da fixação de um preço superior ao mínimo para as aquisições do governo e da compra de feijão das cooperativas a preços já afetados pela crise -- acima dos Cr$307,00/sc 60 kg — foram necessárias importações, não só para suprir o mercado, como para desaquecer as cotações do produto. Neste sentido, é importante considerar que, apesar da crise ater-se ao Rio de Janeiro — devido à tabela — outros mercados, como o Rio Grande do Sul, são grandes consumidores de feijão-preto e se constituem em canal alternativo de escoamento do produto paranaense.

A importação, por sua vez, esbarra em duas restrições importantes. A disponibilidade de feijão-preto no mercado internacional, segundo algumas fontes, limita-se atualmente a 30.000 t, cuja cotação situa-se em torno de US$ 400/t FOB. Somando-se frete e outras despesas, o preço interno resultante seria de Cr$... 650 por saca de 60 kg CIF-Rio, visivelmente mais elevado do que o preço praticado pelas cooperativas paranaenses.

TAXAS DE CRESCIMENTO RETRATAM ESTAGNAÇÃO

Os elevados preços de mercado atualmente, assim como a antecipação do aumento do preço mínimo para a próxima safra, podem constituir estímulos ao plantio do feijão. Adicionalmente, por ser uma cultura de plantio antecipado e de reduzido ciclo produtivo (cerca de 90 dias), poderá vir a sofrer expansão de área devido à situação de descapitalização a que estão hoje submetidos os agricultores. O Estado do Paraná — principal produtor de feijão-preto — se vê particularmente atingido por esta situação, devido a ter sido o mais afetado pela quebra generalizada de safras, decorrente da estiagem.

Paralelamente, mesmo abstraindo-se a ocorrência de catástrofes climáticas, uma possível expansão de área não deve modificar significativamente a produção global da próxima safra (78/79) em relação à média dos últimos anos.

A produção nacional, no período 68/76 cresceu à taxa de -1,4% a.a. Apesar de 1976 ter sido um ano especialmente afetado por fatores climáticos adversos, a taxa também se revela negativa (-0,3%) ao considerarmos o crescimento 68/75. Pode-se concluir, então, por uma estagnação da produção. O comportamen-

to da área colhida é semelhante ao da produção e sua taxa de crescimento para os períodos mencionados foi de 1,2% e 1,4%, respectivamente. A produtividade também se manteve praticamente estagnada, apresentando taxas de -1,9% e -1,2% para os períodos assinalados.

Com base nesse comportamento, a possibilidade de mudanças imediatas é bastante restrita, pois está ligada a medidas de longo prazo, como a continuidade de pesquisas sobre variedades mais resistentes, emprego de tecnologia mais moderna ou modificações na estrutura fundiária da cultura. É relevante notar, ademais, que as conclusões a respeito de produção, área e rendimento físico, refletem o comportamento da cultura em geral, englobando todos os tipos de feijão.

Não é remota a possibilidade de que a proporção da produção e a área do feijão-preto frente ao total da cultura — estimada tradicionalmente em 30% — esteja decrescendo ao longo dos últimos anos. Este fato é evidenciado pela completa absorção das importações ocorridas em 1977 e a atual necessidade de complementação externa para suprir o abastecimento. Daí a importância da já mencionada possibilidade de expansão de área no Estado do Paraná, a qual pode constituir fator atenuante frente à situação da produção deste tipo de feijão.

Em contrapartida, a perspectiva de manutenção do controle CIP-Sunab — com eventuais reajustes — nos centros onde ele é aplicado, colocam o abastecimento desses mercados durante a próxima entressafra (maio a outubro/79) na dependência de medidas a serem tomadas na entrada da safra das águas (nov/78).

COMPATIBILIZAÇÃO DOS PREÇOS CONDICIONA NORMALIZAÇÃO DO MERCADO

Em primeiro lugar, um reajuste da tabela CIP-Sunab para compatibilizá-la com o novo preço mínimo, possibilitaria fácil acesso ao produto pela rede varejista controlada, pelo menos durante a entrada da safra, quando os preços estão desaquecidos. Caso esta preocupação não se traduza nas decisões oficiais, estarão dados os parâmetros para a configuração de um quadro semelhante ao do início deste ano, quando o governo pôde abastecer os supermercados do Rio desde a entrada da safra, apenas por possuir remanescentes do feijão importado no ano anterior. Tal situação, em perspectiva para o próximo período produtivo, forçaria a aplicação de medidas onerosas — a atuação reguladora do governo durante todo o ano de 1979 — ou de difícil viabilização, porquanto a importação necessária parece limitada pela disponibilidade do produto no mercado internacional. Em ambas as hipóteses, o ônus governamental aumentaria significativamente, dado que o produto teria que ser subsidiado aos supermercados.

Por outro lado, a ampliação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor paranaense, agilizando a entrega do produto às cooperativas, sejam os agricultores associados ou não, é um passo importante na redução da intermediação que onera a comercialização do produto. Contudo, não resolve ainda o problema da formação de estoques oficiais.

ESTOQUE REGULADOR X TABELAMENTO

Caso o governo entre no mercado adquirindo feijão-preto na época da colheita, pagando um preço superior ao fixado para o EGF, poderá ser, então, constituído estoque suficiente para regularizar o abastecimento nos mercados controlados durante o período de alta dos preços, que caracteriza a entressafra. Uma política nesse sentido seria facilitada pela concentração do produto em mãos das cooperativas, com a aplicação do Programa estadual supra mencionado e reforçado pelo Programa Federal de Pré-EGF, que adianta recursos para capital de giro destas cooperativas.

Como dentre os centros afetados pelo tabelamento CIP-Sunab — Rio de Janeiro e São Paulo — apenas o primeiro é grande consumidor de feijão-preto, a concentração de recursos para aplicação de uma política de estocagem levaria à possibilidade de acumular, a partir da primeira safra paranaense, as 70.000 t do produto estimadas pela CFP como suficientes para regular o mercado em questão. Os preços nos demais mercados viriam a refletir a disponibilidade real de feijão-preto, frente às necessidades de consumo do país.

A alternativa, já aventada, de tabelamento governamental do produto, não seria a solução para os problemas do abastecimento, como mostra a experiência passada. Quer seja limitado ao preço de varejo, quer estendido ao nível do atacado, o tabelamento não beneficia o fluxo de abastecimento ou o acesso do consumidor ao produto, pois este desaparece do mercado normal, passando ao mercado "negro", a preços onerados adicionalmente pelo risco. O ônus é tanto maior quanto mais extensa a amplitude vertical do tabelamento, em decorrência do aumento do risco.

Caso o governo, visando impedir uma desvantagem comparativa do feijão-preto, que seria uma causa futura de desestímulo à sua produção em favor de outros tipos, estenda o tabelamento a todas as variedades consumidas, as dificuldades operacionais da medida a tornariam inviável. Qualquer tentativa de simplificação generalizando um preço para "feijões de cor" esbarra na existência de variedades com qualidades distintas e preços tradicionalmente diferenciados.

A deterioração estrutural inicialmente apontada, que acarreta a fragilidade do produto a variações climáticas, bem como a estagnação do rendimento físico, podem levar a cultura a impasses mais sérios e de difícil solução, visto que a disponibilidade do mercado externo tem se reduzido, limitando nossas alternativas.

Cacau

AS ESTATÍSTICAS E A REALIDADE DO MERCADO

Após três anos consecutivos de acréscimos em suas cotações, partindo de US$ 0,549/lb-peso em média